



# Mapas 2022

## Consolidado - PMIA

Versão completa para impressão - Versão sem análises para impressão

### Revisão

Última atualização em 29/11/2022 às 12:19 por Maria do Carmo Sofia de Paula

### Questões sobre o processo de revisão do Plano Municipal para a Infância e a Adolescência

O Município realizou a revisão do Plano Municipal para a Infância e a Adolescência, elaborado na gestão anterior?

Sim

Não

1) O PMIA elaborado na gestão anterior continuou a ser executado na atual gestão?

Sim

Não

1.1) A execução do PMIA elaborado na gestão anterior foi monitorada, antes da revisão do plano?

Sim

Não

1.1.1) A quem coube a responsabilidade pelo monitoramento?

✓ **A comissão organizada na gestão anterior deu continuidade ao monitoramento.**

Foi criada uma comissão, na gestão atual, para realizar esse trabalho.

O monitoramento foi feito pela Secretaria / Departamento de Planejamento da Prefeitura.

O monitoramento foi feito pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O monitoramento foi feito pelo articulador municipal.

O monitoramento foi feito por outro órgão / grupo.

1.2) A situação e os resultados da execução do PMIA elaborado na gestão anterior (resultados alcançados, dificuldades encontradas) vinham sendo divulgados para os participantes do processo de elaboração e/ou para a sociedade em geral?

✓ **Sim**

Não

1.3) Qual a principal razão que levou à interrupção da execução do PMIA elaborado na gestão anterior?

***Depende de: Questão 1, alternativa 2***

Reorganização de setores e órgãos da administração municipal.

Substituição de gestores de setores e órgãos da administração municipal.

Falta de conhecimento do plano elaborado anteriormente, por parte dos setores e órgãos da administração municipal.

Necessidade de revisão do plano elaborado anteriormente.

## 2) Quais as razões que justificaram a revisão do PMIA, no Município?

- ✓ Os resultados já alcançados, que permitiram que novas ações fossem incluídas.
- ✓ O surgimento de oportunidades (recursos, parcerias) que permitiram que novas ações fossem incluídas.
- ✓ A existência de problemas não contemplados no plano anterior.
- ✓ A falta de execução de ações planejadas, o que exigiu sua modificação ou alteração de cronograma.
- ✓ A inadequação de algumas ações previstas, para alcance dos resultados esperados.
- ✓ Compromissos assumidos pelo prefeito, durante a campanha eleitoral.
- ✓ A necessidade de aperfeiçoar a formatação do plano (resultados esperados, indicadores, meios de verificação, fontes de recursos, datas previstas, responsáveis, envolvidos), com base na experiência adquirida e nas orientações do PPAC.

## 3) Como foi organizado o trabalho de revisão do PMIA?

Foi criado um Grupo de Trabalho Coordenador – GTC.

- ✓ A coordenação dos trabalhos e a realização das atividades operacionais foi atribuída a um órgão ou

**grupo preexistente, mantendo-se a revisão coletiva do plano.**

O trabalho de revisão foi integralmente atribuído a um órgão municipal preexistente.

O trabalho de revisão foi integralmente atribuído a uma organização externa.

Não foi criada uma coordenação ou grupo de apoio operacional. Vários órgãos ou grupos assumiram partes do trabalho.

O trabalho de revisão foi integralmente atribuído a uma única pessoa.

**3.1) Qual a origem dos membros do Grupo de Trabalho Coordenador?*****Depende de: Questão 3, alternativa 1***

Gabinete do Prefeito.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Conselho Tutelar.

Conselho Municipal de Assistência Social.

Conselho Municipal de Educação.

Conselho Municipal de Saúde.

Conselho Municipal sobre Drogas.

Outro(s) Conselho(s) Municipal(ais).

Secretaria Municipal de Assistência / Desenvolvimento Social.

Secretaria Municipal de Educação.

Secretaria Municipal de Saúde.

Secretaria ou Departamento Municipal de Planejamento.

Outra(s) Secretaria(s) Municipal(ais).

Outro(s) órgão(s).

3.2) O articulador municipal participou do Grupo de Trabalho Coordenador?

***Depende de: Questão 3, alternativa 1***

Sim. Como seu coordenador.

Sim. Participou como membro.

Não participou.

3.3) A que órgão ou grupo foi atribuída a coordenação dos trabalhos e a realização das atividades operacionais necessárias à revisão do PMIA?

**✓ Ao órgão / grupo responsável pelo monitoramento da execução do PMIA.**

Ao Gabinete do Prefeito.

À Secretaria ou Departamento Municipal de Planejamento.

Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

À Secretaria Municipal de Assistência / Desenvolvimento Social.

À Secretaria Municipal de Educação.

À Secretaria Municipal de Saúde.

A outra Secretaria Municipal.

A outro órgão ou grupo.

3.4) O articulador municipal participou da coordenação dos trabalhos e realização das atividades operacionais necessárias à revisão do PMIA?

**✓ Sim. Coordenou as atividades.**

Sim. Participou como membro do grupo.

Não participou.

4) Para dar início aos trabalhos de revisão do PMIA, foi realizada uma reunião com todos os órgãos implementadores de ações constantes do plano elaborado na gestão anterior?

Sim

Não

4.1) O prefeito participou da reunião realizada?

Sim

Não

4.2) Por parte dos órgãos implementadores, quem participou dessa reunião?

O gestor principal do órgão e um ou mais de seus técnicos.

O gestor principal do órgão.

Um ou mais técnicos do órgão.

4.3) Além dos órgãos implementadores de ações constantes do PMIA elaborado na gestão anterior, outros órgãos ou grupos participaram da reunião?

Sim

Não

4.3.1) Que órgãos ou grupos adicionais participaram da reunião inicial sobre a revisão do PMIA?

*Depende de: Questão 4.3, alternativa 1*

Órgãos executivos da administração municipal (secretarias, departamentos) que

não eram responsáveis por ações do PMIA elaborado na gestão anterior.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Conselho Tutelar.

Conselho Municipal de Assistência Social.

Conselho Municipal de Educação.

Conselho Municipal de Saúde.

Conselho Municipal sobre Drogas.

Outro(s) Conselho(s) Municipal(ais).

Poder Legislativo.

Poder Judiciário.

Ministério Público.

Entidades da sociedade civil.

Adolescentes.

Outros órgãos ou grupos.

4.4) Na reunião realizada, os órgãos implementadores de ações constantes do PMIA elaborado na gestão anterior apresentaram uma síntese de suas realizações e dificuldades?

Sim

Não

4.5) Na reunião realizada, foram dadas orientações aos órgãos implementadores sobre a forma de realizar a revisão da parte do plano sob sua responsabilidade?

Sim

Não

#### 4.6) Como foi dado início ao trabalho de revisão do PMIA elaborado na gestão anterior?

##### *Depende de: Questão 4, alternativa 2*

O prefeito enviou um comunicado aos gestores dos órgãos implementadores, solicitando a revisão das ações de sua responsabilidade.

O articulador municipal enviou um comunicado aos gestores dos órgãos implementadores, solicitando a revisão das ações de sua responsabilidade.

O grupo responsável pela coordenação enviou um comunicado aos gestores dos órgãos implementadores, solicitando a revisão das ações de sua responsabilidade.

O grupo responsável pela coordenação reuniu-se com cada um dos órgãos implementadores, orientando sobre como realizar a revisão das ações de sua responsabilidade.

O processo foi iniciado de outra forma.

#### 5) Qual foi o tratamento dado aos objetivos estabelecidos no PMIA elaborado na gestão anterior, durante o processo de revisão do plano?

✓ **Foram mantidos todos os objetivos constantes do plano elaborado na gestão anterior.**

Foram mantidos alguns objetivos constantes do plano; outros foram excluídos.

O trabalho de definir problemas, objetivos e resultados foi completamente feito, dada a falta de clareza do plano elaborado na gestão anterior.

O trabalho de definir problemas, objetivos e resultados foi completamente feito, porque a equipe atual desconhece o plano elaborado na gestão anterior.

5.1) Qual foi o tratamento dado aos objetivos constantes do PMIA elaborado na gestão anterior que foram mantidos no processo de revisão?

✓ Os objetivos foram mantidos da forma como constavam no plano elaborado na gestão anterior.

Os objetivos estavam muito genéricos ou muito abrangentes e foram desmembrados em vários objetivos.

Os objetivos não estavam enunciados de forma clara. A redação foi refeita, de modo a expressar o que o plano pretendia alcançar.

5.2) Quais foram os objetivos constantes do PMIA elaborado na gestão anterior excluídos no processo de revisão?

*Depende de: Questão 5, alternativa 2*

Foram excluídos os objetivos que já haviam sido alcançados.

Foram excluídos os objetivos relativos a problemas que não estão mais afetando a infância e a adolescência no Município.

Foram excluídos os objetivos cujo alcance exigia a realização de ações que o Município não consegue executar.

6) No processo de revisão do PMIA, foram identificados novos problemas relacionados à infância e à adolescência, no Município?

Sim

✓ Não

6.1) Como foi feita a identificação dos novos problemas relacionados à infância e à adolescência?

***Depende de: Questão 6, alternativa 1***

Foi feita na reunião realizada com os órgãos implementadores, para dar início ao processo de revisão.

Foi feita por um grupo de trabalho formado por representantes do Poder Público e da sociedade civil.

Foi feita por um grupo de trabalho formado por representantes de diversas secretarias municipais.

Foi feita pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Foi feita pelos órgãos implementadores, individualmente.

Foi feita pelo órgão / organização / pessoa que se responsabilizou integralmente pelo trabalho de revisão do PMIA.

**6.2) Durante o processo de identificação dos novos problemas relacionados à infância e à adolescência, foram sendo apresentadas propostas para sua solução?**

***Depende de: Questão 6, alternativa 1***

Sim, para todos os novos problemas identificados.

Sim, para a maior parte dos novos problemas identificados.

Sim, para alguns dos novos problemas identificados.

Não foram apresentadas propostas de solução.

**6.3) Foi possível planejar ações para enfrentamento de todos os novos problemas relacionados à infância e à adolescência identificados?**

***Depende de: Questão 6, alternativa 1***

Sim

Não

6.3.1) Quais foram os fatores que impossibilitaram o planejamento de ações para enfrentamento de todos os novos problemas identificados?

*Depende de: Questão 6.3, alternativa 2*

Falta de recursos humanos.

Falta de recursos financeiros.

Capacidade técnica insuficiente.

Dependência de ações anteriores.

Dependência de outras instâncias de governo.

7) Após a finalização da revisão do PMIA, foi realizado evento de divulgação para os participantes do processo de revisão e/ou para a sociedade em geral?

Sim

Não

7.1) O prefeito participou do evento?

Sim

Não

7.2) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente participou do evento?

Sim

Não

# Matriz Lógica do Plano Municipal para a Infância e a Adolescência

Última atualização em 09/12/2022 às 11:51 por Maria do Carmo Sofia de Paula

## Período de abrangência do Plano Municipal para a Infância e a Adolescência

Início do PMIA

Término do PMIA

12/12/2014

11/12/2024

### Problema central

Área temática

23) Gestão das políticas e controle social da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes

Problema central

Baixa participação popular da Sociedade Civil nas assembleias/Fórum/Encontros promovidos pelo CMDCA/Santos.

Objetivo de impacto

Aumentar a participação popular da Sociedade Civil nos espaços de encontro promovidos pelo CMDCA/Santos

### Resultado esperado / meta

Aumentar para 11,5% a participação de pessoas da sociedade civil organizada ou não, entes públicos e privados, em relação a

quantidade de 44 Conselheiros eleitos, bienalmente, para a composição do CMDCA, nas reuniões e afins, de modo a assegurar maior participação popular no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e conseqüentemente nos processos de formulação, questionamento, efetivação, controle, acompanhamento e avaliação das políticas públicas relacionadas ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Observa-se aumento significativo das participações dos conselheiros(as), assim como houve aumento expressivo na participação da sociedade civil, que não faz parte de nenhum conselho municipal. Adesão a modalidade de reuniões remotas/virtuais aumentou, aproximadamente, em 95% as participações nas reuniões de forma geral.

#### Indicadores de resultado

Índice de comparecimento e efetiva participação nas atividades propostas: reuniões, Conferências, simpósios, fóruns, assembleias, seminários. Participação em Questionamentos, alegações, argumentações, sugestão de tópicos para a formulação de propostas nas atividades colaborativas diversas ( assembleias ordinárias, extraordinárias, fóruns, simpósios, conferências, seminários e afins). Participação efetiva da sociedade, através das instituições devidamente credenciadas, na elaboração apresentação e execução de projetos/programas que visem efetivar a garantia de direitos de crianças e adolescentes.

#### Meios de verificação

Anais de conferências, simpósios, fóruns, seminários, assembleias. Atas de reuniões de assembleias. Lista de presença.

## Ações ou projetos

---

Ação ou projeto

Alimentar a página web do CMDCA.

Responsável

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), através de Deliberação em Assembleia.

Fontes de recursos

Fonte 1- Seção de Apoio Financeiro e Controle Orçamentário (SAFICO)/Secretaria Municipal de Governo (SEGOV). Fonte 6 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA). Seção de Apoio aos Fundos Municipais (SEAFUM).

Envolvidos

Diretoria de Comunicação (DICOM); Departamento de Tecnologia (DETIC) - Secretaria Municipal de Gestão (SEGES); Ouvidoria, Transparência e Controle (OTC); Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA); Coordenadoria da Juventude (COJUV)/SEDES Seção de Participação Comunitária (SEPACOM)/Departamento de Articulação (DEARTI) - Secretaria Municipal da Mulher, Cidadania e dos Direitos Humanos (SEMULHER).

Início

06/09/2019

Término

11/12/2024

## Ação ou projeto

Fomentar de forma constante e ininterrupta a Participação da população em instrumentos de Promoção da Cidadania: conferências, audiências públicas, Fóruns, oficinas, cursos, Seminários e afins.

## Responsável

Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

## Fontes de recursos

Fonte 1- Seção de Apoio Financeiro e Controle Orçamentário (SAFICO)/Secretaria Municipal de Governo (SEGOV). Fonte 6 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA). Seção de Apoio aos Fundos Municipais (SEAFUM).

## Envolvidos

Seção de Participação Comunitária (SEPACOM)/Departamento de Articulação (DEARTI) da Secretaria Municipal da Mulher, Cidadania e dos Direitos Humanos (SEMULHER). Coordenadoria da Juventude (COJUV)/Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS).

## Início

16/08/2017

## Término

11/12/2024

## Problema central

Área temática

21) Mais de uma área - Educação

Problema central

Necessidade de ampliação de vagas na educação integral, para o ensino fundamental I e II.

Objetivo de impacto

Ampliar o número de vagas oferecidas de modo a garantir a permanência do aluno do Fundamental I e II, em tempo integral.

---

### Resultado esperado / meta

Ampliar em 29,51% o número de vagas para atendimento em tempo Integral na demanda de Ensino Fundamental I e II, elevando o atendimento de 6312(2019) para 8175(até 2024). Este valor corresponderá a 42% do atendimento na rede municipal que hoje é de 19.464 alunos; Histórico: 2014 – 6.454 alunos atendidos – 33,56% 2015 - 6.012 alunos atendidos – 31,10% 2016 - 6.263 alunos atendidos – 32,29% 2017 – 7.781 alunos atendidos – 39,22% 2018 - 6.334 alunos atendidos – 31,31% 2019 – 6.312 alunos atendidos – 32,43% 2022 - 6.580 alunos atendidos - 33,73% Em 2020, devido à pandemia e ao ensino exclusivamente remoto, os esforços concentraram-se na manutenção, tanto da qualidade da oferta da educação integral quanto da quantidade de alunos atendidos. Em 2021, com o retorno paulatino do ensino presencial, as ações

inicialmente caminharam no sentido de assegurar a qualidade e a quantidade do atendimento, mas já houve novas ações visando à ampliação da oferta - novo núcleo Jabaquara, que atende alunos das UMEs Therezinha Pimentel e Rubens Lara, e mesmo estudos para transformar UME José Bonifácio em híbrida. Em 2022, a UME José Bonifácio tornou-se híbrida, passando a atender 60 novos alunos na ampliação da jornada; o núcleo Jabaquara ampliou atendimento para 100 novos alunos; iniciou-se o estudo para, em 2023, a UME José Genésio tornar-se híbrida.

#### Indicadores de resultado

Número de escolas adaptadas para atendimento à demanda. Números de escolas construídas possibilitando o atendimento da demanda sem que se diminua a disponibilização de vagas. Número de parcerias com instituições (Organização da Sociedade Civil - OSC) e equipamentos públicos (Secretaria Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Cultura).

#### Meios de verificação

Secretaria Escolar Digital – SED (programa do Governo Estadual de livre acesso a dados básicos) <https://sed.educacao.sp.gov.br> Inep – Censo Escolar (<http://www.inep.gov.br>) Qedu (<https://www.qedu.org.br>) Sistema Integrado De Gestão Escolar(SIGES)/ Departamento de Planejamento (DEPLAN)/ Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).

## Ações ou projetos

---

Ação ou projeto

Adequar escolas para atendimento  
Em período integral.

Responsável

Secretaria Municipal de Educação  
(Seduc)

Fontes de recursos

Fonte 1 - Departamento  
Administrativo e de Infraestrutura  
(DEAFIN)/ Secretaria Municipal de  
Educação (SEDUC). Fonte 5 - Fundo  
de Manutenção e Desenvolvimento  
da Educação Básica e de Valorização  
dos Profissionais da Educação  
(Fundeb) administrado Na Secretaria  
Municipal de Educação pelo  
Departamento Administrativo,  
Financeiro e de Infraestrutura. Fonte  
6- Termo de Responsabilidade de  
Implantação de Medidas Mitigadoras  
e/ ou Compensatórias (TRIMMC)

Envolvidos

Gabinete do Prefeito Municipal  
(GPM); Secretaria Municipal de  
Finanças (Sefin); Secretaria  
Municipal de Desenvolvimento  
Urbano (Sedurb); Secretaria de  
Infraestrutura e Edificações (Siedi);  
Secretaria Municipal de Esportes  
(Semes); Secretaria Municipal de  
Cultura (Secult); Iniciativa Privada.

Início

11/12/2014

Término

11/12/2024

Ação ou projeto

Construir escolas para atendimento em período Integral. Em 2019, previsão de inauguração de 3 unidades de educação. Sendo uma de Ensino fundamental a inaugurar em 23 de novembro de 2019, com oferta de 230 vagas em período integral (UME JABAQUARA OK) e duas outras até janeiro de 2020 que atenderam Educação Infantil (Penha e São Bento).

Responsável

Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).

Fontes de recursos

Fonte 1 - Departamento Administrativo e de Infraestrutura (DEAFIN)/Secretaria Municipal de Educação (SEDUC). Fonte 6 - Termo de Responsabilidade de Implantação De medidas Mitigadoras e/ou Compensatórias (TRIMMC). Fonte 5 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) administrado na Secretaria Municipal de Educação pelo Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura.

Envolvidos

Gabinete do Prefeito Municipal (GPM); Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN); Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDURB); Secretaria de Infraestrutura e Edificações (SIEDI); Iniciativa Privada.

Início

11/12/2014

Término

28/06/2021

Ação ou projeto

Ampliar atendimento em período integral através da utilização de espaços de outras Secretarias (Esporte ou Cultura) visando o contraturno escolar e/ou com Organizações da Sociedade Civil (OSC) que ofertem vagas em período integral.

Responsável

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).

Fontes de recursos

Fonte 1 - Departamento Administrativo e de Infraestrutura (DEAFIN)/Secretaria Municipal de Educação (SEDUC). Fonte 5 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) administrado na Secretaria Municipal de Educação pelo Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura. Fonte 6- Termo de Responsabilidade De Implantação de Medidas Mitigadoras e/ou Compensatórias (TRIMMC).

Envolvidos

Secretaria Municipal de Esportes (SEMES); Secretaria Municipal de Cultura (SECULT).

Início

01/08/2016

Término

11/12/2024

## Problema central

Área temática

10) Ensino Fundamental (anos finais)

Problema central

Baixa proficiência de conhecimentos necessários em Matemática e LP, segundo IDEB 2017, em especial no 9º ano, para acompanhar e assimilar as aprendizagens previstas para os anos posteriores e prosseguimento dos estudos com êxito.

Objetivo de impacto

No mínimo, atingir a meta prevista para o IDEB 2019, que é de 5,8 .

---

## Resultado esperado / meta

Atingir a meta prevista para o IDEB em 2019, que é de 5,8 e atualmente está em 5,0 (ano de referência 2017), segundo dados QEDU e/ou INEP, almejando atingir a proporção de 70% de alunos que devem aprender estabelecida pelo Movimento Todos Pela Educação, até 2022. Devido à pandemia em 2020, cujos impactos diretos perduraram ainda no início do ano letivo de 2021, não conseguimos atingir a meta prevista.

## Indicadores de resultado

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

## Meios de verificação

Inep/Saeb - Disponível em: <

<http://portal.inep.gov.br/consulta-ideb> Dados

QEDU -<https://www.qedu.org.br>

## Ações ou projetos

---

### Ação ou projeto

Intensificar Processos de formação continuada dos docentes, com vistas a reciclagem, Trocas de Aprendizagens e saberes.

### Responsável

Departamento Pedagógico (Deped)/Secretaria Municipal de Educação (Seduc).

### Fontes de recursos

Fonte 1 -Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura (DEAFIN)/Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).

Fonte 5 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

### Envolvidos

Serviço Social do Comercio (SESC).  
Centro Social Marista Lar Feliz (Grupo Marista) Organização para a Educação Pré-Escolar (OMEP);  
Universidades locais. Departamento de Planejamento (DEPLAN);

Departamento Administrativo,  
Financeiro e de Infraestrutura  
(DEAFIN)/Secretaria Municipal de  
Educação (SEDUC).

Início

01/08/2013

Término

11/12/2024

Ação ou projeto

Implantar o Currículo Santista à luz  
dos documentos Homologados  
BNCC (Base Nacional Comum  
Curricular) e Currículo Paulista.

Responsável

Departamento Pedagógico (DEPED)/  
Secretaria Municipal de Educação  
(SEDUC).

Fontes de recursos

Nada consta. Não houve necessidade  
de aporte financeiro para elaborar o  
"novo" currículo. Foi uma análise  
pedagógica feita a partir de  
proposta e estudos do  
Departamento Pedagógico(DEPED),  
com a participação dos demais  
setores com viés Pedagógico da  
Secretaria de Educação:  
DEPLAN(Departamento de  
Planejamento),  
COSUP(Coordenadoria de  
Supervisão).

Envolvidos

Coordenadoria de  
Supervisão(COSUP); Departamento  
de Planejamento(DEPLAN)/  
Secretaria Municipal de Educação.

Início

12/02/2018

Término

03/02/2020

Ação ou projeto

Garantir escolas com infraestruturas Adequadas, possibilitando Espaços de aprendizagem Diversificados E motivadores.

Responsável

Departamento Administrativo Financeiro e de Infraestrutura (DEAFIN)/Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).

Fontes de recursos

Fonte 1 - Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura (DEAFIN)/Secretaria Municipal de Educação. Fonte 2- Secretaria Estadual de Educação. Fonte 6- Termo de Responsabilidade de Implantação de medidas Mitigadoras e ou Compensatórias (TRIMMC). Fonte 5 - Recursos Federais - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) administrado na Secretaria Municipal de Educação pelo Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura (DEAFIN).

Envolvidos

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Edificações (SIED); Secretaria Municipal de

Desenvolvimento Urbano(SEDURB);  
Secretaria Municipal de Finanças  
(SEFIN); Gabinete do Prefeito  
Municipal (GPM); Secretaria  
Municipal de Serviços Públicos  
(SESERP); Empresas parceiras.

Início

01/02/2018

Término

12/12/2022

Ação ou projeto

Intensificar o Projeto Estratégico de  
Ação (PEA) com vistas a minimizar  
os impactos da pandemia no  
processo educativo e iniciar a  
recomposição das aprendizagens  
discentes.

Responsável

Departamento Pedagógico (DEPED)/  
Secretaria Municipal de Educação  
(SEDUC).

Fontes de recursos

Fonte 1 - Secretaria Municipal de  
Educação.

Envolvidos

Secretaria Municipal de Educação.

Início

04/01/2021

Término

11/03/2021

Ação ou projeto

Implantação do Programa Conecta Educador, com vistas à concessão de auxílio financeiro aos profissionais da rede municipal de ensino para aquisição de computador ou tablet.

Responsável

Secretaria Municipal de Educação  
(Comissão interna instituída).

Fontes de recursos

Dotações orçamentárias próprias da SEDUC.

Envolvidos

Secretaria Municipal de Gestão e  
Secretaria Municipal de Finanças.

Início

12/11/2020

Término

04/06/2021

Ação ou projeto

Implementar o Plano de Recomposição das Aprendizagens, que contempla a oferta do PEA, na modalidade de bidocência, isto é, com mais 1 professor em classe; o programa federal Tempo de Aprender (exclusivo para 1º e 2º ano); e os Quintais de Aprendizagem, cuja proposta prevê o reagrupamentos por níveis de proficiência, visando à construção dos saberes necessários ao pleno desenvolvimento discente.

Responsável

Departamento Pedagógico  
(DEPED)/Secretaria Municipal de  
Educação (SEDUC).

Fontes de recursos

Fonte 1 - Secretaria Municipal de Educação.

Envolvidos

Secretaria Municipal de Educação.

Início

03/01/2022

Término

01/12/2022

## Problema central

Área temática

8) Educação Infantil (pré-escola)

Problema central

Número insuficiente de vagas em tempo integral nas escolas de educação infantil para crianças de 4 a 5 anos nas áreas da zona Noroeste, Morros e Caruara.

Objetivo de impacto

Ampliar, progressivamente, o número de vagas em escola de tempo integral para a faixa etária de 4 a 5 anos.

---

## Resultado esperado / meta

Ampliar em 48,79% o número de vagas na educação infantil (4 -5) em tempo integral

nos territórios, Caruara, Zona Noroeste e Morros, até o final da vigência do plano em 2024. Histórico: 2014 nº total de vagas = 2804 nº vagas para os territórios em tela = 593 vagas ( 21,15%) 2015 nº total de vagas = 2492 nº de vagas para os territórios em tela = 438 vagas ( 17,58%) 2016 nº total de vagas = 20571 nº de vagas nos territórios em tela - 477 vagas ( 18,55%) 2017 nº total de vagas – 3.774 nº de vagas nos territórios em tela = 608 vagas ( 16,11%) 2018 nº total de vagas = 3063 nº de vagas nos territórios em tela = 689 vagas (22,49%) 2019 nº total de vagas = 3386 nº de vagas nos territórios em Tela = 910 vagas (26,88%). 2022 nº total de vagas = 4.006 nº vagas nos territórios em tela = 1.142 vagas (28,51%).

#### Indicadores de resultado

Número de vagas ofertadas x por Números de alunos matriculados ao longo dos 10 anos de vigência do plano, tantos pelas Unidades Municipais de Educação (UMEs), quanto pelas entidades Subvencionadas.

#### Meios de verificação

Secretaria Escolar Digital – SED (programa do Governo Estadual de livre acesso a dados básicos)- <https://sed.educacao.sp.Gov.br> Qedu(<https://www.qedu.org.br>) Inep – Censo Escolar (<http://www.inep.gov.br>) Sistema Integrado de Gestão Escolar (Siges) – (<https://egov.santos.sp.Gov.br/siges>)

## Ações ou projetos

---

Ação ou projeto

Construir e/ou readequar espaços escolares para atendimento da demanda nas unidades já existentes

para o atendimento Em tempo Integral.

Responsável

Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).

Fontes de recursos

Fonte 1 - Departamento Administrativo, Financeiro de Infraestrutura (DAEFIN) - Secretaria Municipal de Educação. Fonte 6 - Termo de Responsabilidade de Implantação de medidas Mitigadoras e ou Compensatórias (TRIMMC). Fonte 5 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) administrado na Secretaria Municipal de Educação pelo Departamento Financeiro e de Infraestrutura/DEAFIN.

Envolvidos

Secretaria Municipal de Educação (Seduc); Secretaria Municipal de finanças (Sefin); Secretaria Municipal de Serviços Públicos (Seserp); Secretaria Municipal de Infraestrutura e Edificações (SIEDI) e Iniciativa privada.

Início

11/12/2014

Término

11/12/2024

## Problema central

Área temática

7) Educação Infantil (Creche)

Problema central

Número insuficiente de vagas para atendimento Educação Infantil (0 a 3 anos) em tempo Integral.

Objetivo de impacto

Ampliar o número de vagas para crianças de 0 a 3 anos garantindo o acesso à creches, mesmo sendo matrícula opcional.

---

### Resultado esperado / meta

Diminuir o deficit de 11,49% para 5,74%, com ampliação de 50% do atendimento em período integral em creches, para atendimento de crianças de 0 a 3 anos. Histórico: 2014 nº total de vagas = 8005 nº vagas em Período integral = 6892 ( 86,10%) 2015 nº total de vagas = 8160 nº de vagas Em período integral = 7138 (87,48%) 2016 nº total de vagas = 8.488 nº de vagas em período integral = 7.250 vagas ( 85,41%) 2017 nº total de vagas = 8.367 nº de vagas em período integral = 7.285 vagas ( 87,70%) 2018 nº total de vagas = 8.415 nº de vagas em período integral = 7.277 vagas (86,48%) 2019 nº total de vagas = 8.610 nº de vagas em período Integral = 7.621 Vagas (88,51%). 2022 nº total de vagas 8.370 nº vagas em período integral = 7.747 vagas (92,56%).

Indicadores de resultado

Número de creches construídas até o fim da vigência do plano. Número de convênios firmados com entidades do terceiro setor Com finalidades de aprendizagem e Desenvolvimento De crianças de 0 a 3 anos.

Meios de verificação

Inep – Censo Escolar (<http://www.inep.gov.br>);  
Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (<https://ibge.gov.br>);  
Secretaria Escolar Digital – SED (programa do Governo Estadual de livre acesso a dados básicos) <https://sed.educacao.sp.gov.br>  
Sistema Integrado de Gestão Escolar (Siges) – (<https://egov.santos.sp.gov.br/siges>);  
Detalhamento no Plano Plurianual (PPA) – portal da transparência do município;  
Detalhamento na Lei Orçamentária Anua (LDO) – portal da transparência do município;  
Detalhamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA) – portal da Transparência do município.

## Ações ou projetos

---

Ação ou projeto

Construir creches. Entre 2017 e 2018, já foram entregues 3 creches, sendo que entre novembro de 2019 até o início de 2020, serão entregues mais três Unidades Municipais de Educação para atendimento da Educação Infantil em Período integral (Jabaquara, Morro da Penha, Morro do São Bento). Até o final de 2020, serão entregues mais duas que já estão em construção. Foram entregues as UMES Jabaquara, São Bento, Penha e as UMES Piratininga e Caruara.

Responsável

Secretaria Municipal de Educação(Seduc).

Fontes de recursos

Fonte 6 - Termo de Responsabilidade de Implantação de medidas Mitigadoras e ou Compensatórias (TRIMMC). Fonte 5 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) administrado na Secretaria de Educação pelo Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura (Deafin). Fonte 1 - Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura (Deafin) administrado na Secretaria de Educação.

Envolvidos

Secretaria Municipal de Educação (Seduc); Secretaria Municipal de Finanças (Sefin); Secretaria Municipal de Serviços Públicos (Seserp); Secretaria Municipal de Infraestrutura e Edificações (Siedi); empresas particulares.

Início

11/12/2014

Término

21/02/2020

Ação ou projeto

Ampliar convênios com o terceiro Setor. Diante da pandemia, e a consequente diminuição no número

de matriculados, não foi necessária a ampliação dos convênios.

Responsável

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação(SEDUC)

Fontes de recursos

Fonte 1- Departamento de Administração, Finanças e Infraestrutura(DEAFIN)/Secretaria Municipal de Educação.

Envolvidos

Departamento de Planejamento (DEPLAN); Departamento Pedagógico(DEPED); Coordenadoria de Supervisão(COSUP); Departamento de Administração, Finanças e Infraestrutura(DEAFIN)/Secretaria Municipal de Educação.

Início

11/12/2014

Término

11/12/2024

## Problema central

Área temática

4) Atenção à saúde do adolescente

Problema central

Baixa adesão as duas doses de vacinação necessária, contra o Human Papiloma Virus-HPV, que desde 2014 quando

começou a vacinação para meninas, passando por 2017, início da vacinação de meninos, registra índice de cobertura vacinal em torno de 45%.

Objetivo de impacto

Aumentar o índice de 45% para 80%, de infanto-juvenis imunizados, com as duas doses necessárias, contra o Human Papiloma Virus – HPV.

---

## Resultado esperado / meta

Elevar para 80% o número de infantojuvenis, entre 9 e 14 anos, imunizados através das duas doses da Vacina contra o HPV. A atual cobertura com a nova faixa etária de 9 a 14 anos que passou a vigorar a partir de setembro de 2022 para ambos os sexos, está em 27,52% (dados SEVIEP em 22/11/2022). A pandemia de Covid interferiu na proporção de cobertura vacinal, com o afastamento da população das atividades preventivas nas unidades básicas de saúde, e as estratégias para que a população retorne aos programas e atividades, além da vacinação do calendário do ministério da saúde foram retomadas gradativamente desde 2021.

Indicadores de resultado

Percentual médio de adolescentes vacinados no município. Cobertura vacinal.

Meios de verificação

Dados estatísticos da Secretaria Municipal de Saúde. SIPNI Monitoramento permanente da cobertura Vacinal.

## Ações ou projetos

---

### Ação ou projeto

Prosseguir e ampliar a participação escolar no Programa Santos Jovem Doutor. Projeto realizado no contraturno escolar, nos anos finais do Ensino Fundamental II, 8º e 9º em parceria com o Instituto de Telemedicina da Universidade de São Paulo. O objeto do programa é desenvolver ações de prevenção e promoção em saúde, prioritariamente contra Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e outras doenças Infectocontagiosas, por meio de utilização de recursos Tecnológicos, estimulando a busca por informações, o exercício da Cidadania e formas mais prazerosas de disseminar informações aos seus pares e também para a comunidade de escolar como um todo. Devido ao sucesso e relevante utilidade pública educacional, o Programa, ainda, conta com um projeto piloto com as turmas de alunos de 7ºs anos, que saiu de 2 para 6 escolas da rede em 2022. Vacinação em escolas. Adesão ao Programação Nacional de Imunização - PNI.

### Responsável

Coordenadoria de Doenças Infectocontagiosas (CCDI)/Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

### Fontes de recursos

Fonte 1 - Departamento  
Administração e de Infraestrutura  
(DEAFIN) da Secretaria Municipal de  
Saúde (SMS).

Envolvidos

Diretoria de Comunicação (DICOM);  
Secretaria Municipal de Educação  
(SEDUC); Programa Saúde na Escola  
(PSE)/Rotary Clube. Programa Jovem  
Doutor Seção de Projetos  
Educação Especiais (Seproje)  
Prof. Dr. Chao Lung Wen Chefe da  
Disciplina de Telemedicina do  
Departamento de Patologia da  
Faculdade de Medicina da  
Universidade de São Paulo (DTM-  
FMUSP).

Início

01/06/2015

Término

11/12/2024

Ação ou projeto

Campanhas de vacinação  
permanentes. Educação preventiva  
Permanente.

Responsável

Departamento de Vigilância em  
Saúde(DEVIG)/COVIG2  
(Coordenadorias de Vigilância  
Epidemiológica, SEVIEP (Seção de  
Vigilância Epidemiológica), Secretária  
Municipal De Saúde(SMS).

Fontes de recursos

Secretaria Municipal de Saúde,  
Secretaria de Estado da Saúde,  
Ministério da Saúde, Fundo  
Municipal dos Direitos da Criança e

do Adolescente de Santos,  
Departamento Administração e de  
Infraestrutura (DEAFIN) da  
Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

Envolvidos

Diretoria de Comunicação(DICOM);  
Secretaria Municipal de  
Educação(SEDUC); Programa Saúde  
na Escola(PSE)/ Rotary Clube.  
Programa Jovem Doutor Seção de  
Projetos Educacionais Especiais  
(Seproje) Prof. Dr. Chao Lung Wen  
Chefe da Disciplina de Telemedicina  
do Departamento de Patologia da  
Faculdade de Medicina da  
Universidade de São Paulo (DTM-  
FMUSP).

Início

02/03/2015

Término

11/12/2024

## Problema central

Área temática

4) Atenção à saúde do adolescente

Problema central

Alto índice de gravidez, não planejada, na  
adolescência, na faixa de 15 à 18 anos.

Objetivo de impacto

Diminuir em mais 30% o número de gravidez, não planejada, na adolescência, em relação aos índices observados desde o ano de 2016, que vem em sucessivos decréscimos, mas ainda assim considerados altos.

---

## Resultado esperado / meta

Diminuição em mais 30% o índice de gravidez, não planejada, em adolescentes, nota-se um decréscimo nestes índices, em 2017 = 312, 2018 = 255, 2019 = 241, 2020 = 210, 2021 = 203, e 2022 parcial = 131, ainda que vem decrescendo percentualmente de 6,5% em 2017 e atual 4%, ainda assim com uma estrutura organizacional, em relação à diversas políticas públicas, conseguimos melhorar esse percentual.

Indicadores de resultado

DEVIG - estatísticas vitais - através do banco SINASC

Meios de verificação

Departamento de Vigilância em Saúde - DEVIG. Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - SINASC.

---

## Ações ou projetos

Ação ou projeto

Campanhas de Conscientização e atenção Permanentes.

Responsável

Departamento de Vigilância em Saúde (DEVIG), Sistema Integra e Sistema de Atenção Básica (SISAB), Departamento de Atenção Especializada (DEAESP)/SMS (Secretaria Municipal de Saúde)  
Fontes de recursos

Fonte 1 - Departamento Administrativo e de Infraestrutura(DEAFIN)/Secretaria Municipal de Saúde. Fonte 2 - Secretaria Estadual de Saúde. Fonte 5 - Ministério da Saúde. Fonte 6 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Envolvidos

Secretaria Municipal de Educação(SEDUC); Diretoria de Comunicação(DICOM); Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente(CMDCA). Programa Saúde na Escola (PSE). Programa Jovem Doutor em parceria com a Universidade de São Paulo(USP).

Início

04/03/2013

Término

11/12/2024

Ação ou projeto

Orientação permanente sobre Planejamento Reprodutivo nas UBS (Unidades Básicas de Saúde) e no Programa Escola das Mães, desenvolvido das Unidades de Saúde da Família.

Responsável

Departamento de Vigilância em Saúde (DEVIG), Sistema Integra e Sistema de Atenção Básica (SISAB), Departamento de Atenção Especializada (DEAESP)/SMS (Secretaria Municipal de Saúde).

Fontes de recursos

Fonte 1 - Departamento Administrativo e de Infraestrutura(DEAFIN)/Secretaria Municipal de Saúde. Fonte 2 - Secretaria Estadual de Saúde. Fonte 5 - Ministério da Saúde. Fonte 6 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Envolvidos

Secretaria Municipal de Educação(SEDUC); Diretoria de Comunicação(DICOM); Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente(CMDCA). Programa Saúde na Escola (PSE). Programa Jovem Doutor em parceria com a Universidade de São Paulo(USP).

Início

04/03/2013

Término

11/12/2024

## Problema central

Área temática

3) Atenção à saúde da criança

Problema central

Deficiência no atendimento, específico, para diabéticos tipo I (DMI), tanto estrutural quanto profissional, visto que a doença aparece, geralmente, na infância ou adolescência e ante o aumento crescente de afetados.

Objetivo de impacto

Melhorar o atendimento estrutural e multiprofissional, específico, para diabéticos tipo I e seus familiares, de modo que ambos possam assumir o que lhes cabe nos cuidados, diariamente, necessários com maior confiança e autonomia.

---

## Resultado esperado / meta

Melhoria em 70% da qualidade de vida de crianças e adolescentes. Estamos com ambulatório funcionando: Centro de Referência do DM1 tem 57 pessoas cadastradas entre 12 e 18 anos (no total de 220 pessoas) com DM1. Equipe multidisciplinar: 1 endócrino ped, 2 endócrino clínico, 1 nutricionista, 1 psicólogo, 1 enfermeira.

Indicadores de resultado

Número de diagnósticos (número de diagnósticos gerados na população entre 15 e 18 anos/número de adolescentes cadastrados no centro de referência para DM I por ano X 100).

Meios de verificação

Departamento de Vigilância em Saúde (DEVIG), Sistema Integra e Sistema de Atenção Básica (SISAB), Departamento de Regulação (DEREG) - Secretaria Municipal de Saúde/SMS.

## Ações ou projetos

---

Ação ou projeto

Capacitar, permanentemente, profissionais de saúde pública, com uma maior padronização no tratamento para o controle/acompanhamento de diabéticos do tipo I.

Responsável

Departamento de Atenção Especializado (DEAESP)/Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

Fontes de recursos

Fonte 1 - Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura DEAFIN)/Secretaria Municipal de Saúde. Fonte 2 - Secretaria Estadual de Saúde. Fonte 5 - Ministério da Saúde.

Envolvidos

Departamento de Atenção Básica (DEAB); Departamento de Prontos Socorros e Hospitais (DAPHOS)/AMBESP - Ambulatório Municipal de Especialidades/Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

Início

01/08/2017

Término

11/12/2024

Ação ou projeto

Instalar o Centro de Referência em Diabetes tipo I com atendimento multidisciplinar (psicólogo, endócrino, educador físico, enfermeira e nutricionista), que funcionará no Ambulatório Municipal de Especialidades.

Responsável

Departamento de Atenção Especializado (DEAESP)/Secretaria Municipal de Saúde(SMS).

Fontes de recursos

Fonte 1 - Departamento Administrativo, Financeiro e de Infraestrutura (DEAFIN)/Secretaria Municipal de Saúde. Fonte 2 - Secretaria Estadual de Saúde. Fonte 5 - Ministério da Saúde.

Envolvidos

Departamento de Atenção Básica (DEAB); Departamento de Prontos Socorros e Hospitais (DAPHOS)/AMBESP - Ambulatório Municipal de Especialidades/

Início

10/08/2018

Término

02/11/2020

# Problema central

Área temática

1) Atenção à saúde materna

Problema central

Coeficiente de mortalidade perinatal, maior que o preconizado pela Organização Mundial de Saúde(OMS), maior que 10, nos últimos cinco anos.

Objetivo de impacto

Diminuir o índice de mortalidade perinatal para 1 dígito a exemplo do coeficiente de mortalidade infantil.

---

## Resultado esperado / meta

Redução do coeficiente de mortalidade perinatal para valor menor que 10, a exemplo de coeficiente de mortalidade infantil (morte de crianças no primeiro ano de vida). Nos últimos 5 anos, estamos tendo uma redução do número absoluto de óbitos, porém o coeficiente, ainda vem oscilando: 2017 = 9,0 , 2018 = 11,8 , 2019 = 10,3 , 2020 = 7,8 , 2021 = 10, 2022 = parcial de 7,7 (em 21/11/2022). Esse ano de 2022, assim como em 2017 e 2020 estamos mantendo o índice em 1 dígito.

Indicadores de resultado

Coeficiente de mortalidade infantil para valor menor que 10.

Meios de verificação

Coeficiente de Mortalidade Infantil. Dados do Departamento de Vigilância em Saúde (DEVIG)/Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Declaração de Nascimento/DN e Declaração de Óbito/DO.

## Ações ou projetos

---

### Ação ou projeto

Continuidade do Programa Mãe Santista criado em 2013 (captação precoce da gestante, oferta de consultas, exames, medicações, Plano de Parto, Acolhimento hospitalar humanizado. Médicos ginecologistas apoiadores). Escolas das Mães (criado em 2016, como um projeto dentro do Programa "Mãe Santista" (pré natal ampliado, com a participação da gestante e familiares com orientações sobre autocuidado, cuidado com o bebê, planejamento reprodutivo, direitos da gestante e puerpera, parto, amamentação, etc). além do Programa Récem-nascido de Risco com a captação precoce dos bebês ainda nas maternidades, marcação de consulta dentro dos 10 primeiros dias de vida e vigilância durante os primeiros meses de vida.

### Responsável

Programa Mãe Santista - Departamento de Atenção Básica (DEAB), Departamento de Atenção Especializada (DEAESP), Departamento de Prontos Socorros e Hospitais (DAPHOS) da Secretaria Municipal de Saúde; Programa

Recém-nascido de Risco -  
Departamento de Vigilância em  
Saúde (seção SEVIG-MMI)/Gabinete  
Prefeito. Escola de Mães -  
Departamento de Atenção Básica da  
Secretaria Municipal de Saúde.

Fontes de recursos

Departamento Administrativo e de  
Infraestrutura(DEAFIN)/Secretaria  
Municipal de Saúde. Secretaria  
Estadual de Saúde. Ministério da  
Saúde.

Envolvidos

Unidades Básicas de Saúde;  
Hospitais públicos e privados; Fundo  
Social de Solidariedade; Conselho  
Tutelar, Centro de Referência de  
Assistência Social (CRAS), Centro de  
Referência Especializado de  
Assistência Social (CREAS).

Início

10/05/2013

Término

11/12/2024

## Problema central

Área temática

19) Violência e exploração sexual de crianças e  
adolescentes

Problema central

Aumento em 16% de notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes, entre 2009 – 2018, mesmo com a dificuldade de identificação, denúncias e consequente inserção nos serviços ofertados pelas diferentes políticas públicas do Município.

Objetivo de impacto

Diminuição do número de crianças e adolescentes em situação de violência e exploração sexual.

---

## Resultado esperado / meta

Redução de notificações de violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes a Patamares Inferiores à 2009, que era de 95 contra 110 casos em 2017.

Indicadores de resultado

1 – Número de situações mapeadas, por Meio de Diagnóstico Municipal. 2 - Razão entre o Número de notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes (Sinan Net) e o número de situações Identificadas e Encaminhadas para a Rede de serviços (RMA). 3 - Razão entre o número de Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes registrados no Sinan Net (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) e o número de Ocorrências policiais registradas por mês na Delegacia da Infância e Juventude de Santos (DIJU SANTOS)".

Meios de verificação

RMA - Registro Mensal de Atendimentos da Assistência Social; Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net; Dados estatísticos da Delegacia da Infância e Juventude de Santos (DIJUR) Número de denúncias Aos órgãos Especializados, Incluindo Conselho Tutelar. Assistência Social; Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net; Dados estatísticos da Delegacia da Infância e Juventude de Santos (DIJUR) Número de denúncias aos órgãos Especializados, Incluindo Conselho Tutelar.

## Ações ou projetos

---

### Ação ou projeto

Ampliar serviço de abordagem social, executado pelas Secretarias de Assistência Social e de Saúde, visando à identificação e vinculação das crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual, bem como a inserção destes nos diversos serviços de acompanhamento, fortalecimento, proteção, acolhimento, assistência, ofertados pelas diferentes políticas públicas vigentes no Município.

### Responsável

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDS).

### Fontes de recursos

Fonte 1 - Coordenadoria Administrativa, de Controle Orçamentário, Financeiro e de Infraestrutura (COAFI) da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS)

Fonte 6 -Fundo Municipal dos Direitos da Assistência Social (FMAS) administrado pela Secretaria de Desenvolvimento Social.

Envolvidos

Departamento de Proteção Básica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (DEPROS-B); Conselho Municipal de Assistência Social; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Procuradoria Geral do Município (PROJUR); Gab-SEFIN (Gabinete da Secretaria Municipal de Finanças).

Início

13/05/2019

Término

11/12/2024

Ação ou projeto

Reorganizar o Núcleo Integrado de Articulação e Atendimento a Crianças e Adolescentes (NIA\_CA), em funcionamento desde agosto de 2018, que é um espaço de articulação e integração entre os serviços públicos que compõe a rede de garantia de direitos propriamente dita e demais serviços existentes na cidade que também são afetos às crianças e adolescentes.

Responsável

Coordenadoria da Juventude (COJUV) /Secretaria de Desenvolvimento Social.

Fontes de recursos

Fonte 1 - Coordenadoria Administrativa, de Controle Orçamentário, Financeiro e de Infraestrutura (COAFI) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDS)

Envolvidos

Seção de Projetos Educacionais(SEPROJE)/ Secretaria Municipal de Educação(SEDUC); Coordenadoria de Saúde Mental (COS-Mental) por meio do PSE (Programa Saúde Na Escola)/ Secretaria Municipal de Saúde(SMS); Promotoria da Vara da Infância e Juventude do MPESP; Conselho Municipal dos Direitos de Criança e Adolescente (CMDCA); Secretaria de Desenvolvimento Social.

Início

20/05/2019

Término

13/01/2020

Ação ou projeto

Realizar Diagnóstico Municipal com foco Na construção coletiva do Diagnóstico Socioterritorial da criança e do adolescente de forma intersetorial ,com vistas a traçar perfis metodológicos que resultem em subsídios. As ações que mitiguem a temática evidenciada. Esta ação vem sendo subsidiada pela Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), com tratativas Iniciadas em 2017. No ano de 2018/2019, foram feitas diversas formações com atores do Sistema de Garantia de

Direitos e compilação de dados.

Durante o ano de 2020, será a elaboração do diagnóstico propriamente dito.

Responsável

Departamento de Proteção Social Especial - (DEPROS-E)/ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDS).

Fontes de recursos

Fonte 6 - Companhia Paulista De Força e Luz (CPFL).

Envolvidos

Departamento de Proteção Social Básica (DEPROS-B), Seção de Projetos Educacionais (SEPROJE) da Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil (CEVISS) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Departamento de Atenção Básica (DEAEB) da Secretaria Municipal de Saúde.

Início

20/04/2017

Término

01/11/2022

## Problema central

Área temática

## 18) Trabalho infantil

### Problema central

Aumento do índice de trabalho infantil, na faixa de 9 a 17 anos, cerca de 32% entre 2014 e 2019, em especial na Zona Leste e Noroeste, segundo dados obtidos CMPETI (Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil) e serviço de abordagem.

### Objetivo de impacto

Diminuição do número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, objetivando a inserção em entidades qualificadoras (na condição de menor aprendiz), bem como permanência na Escola com sucesso para todos os identificados nesta condição.

---

### Resultado esperado / meta

Reduzir em 60% o número de crianças e adolescentes de 9 a 17 anos de idade em situação de qualquer tipo de "ação" que possa ser considerado trabalho Infantil, garantindo-lhes o direito inerente de pessoa em desenvolvimento, tanto na inclusão em Entidades Qualificadoras, cursos de menor aprendiz, quanto na permanência com sucesso na Escola. Em relação aos serviços voltados ao atendimento à população em situação de risco por ocorrência de violação de direitos, a equipe do Serviço de Abordagem Social voltada a crianças e adolescentes em situação de rua e trabalho infantil, continuado e presencial, permaneceu atuando durante toda o período da pandemia e percebeu o aumento de famílias em

situação de rua ou com crianças em trabalho infantil em razão do empobrecimento da população.

Indicadores de resultado

1- Mapeamento, identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil com encaminhamento para os serviços de rede socioassistencial e educacional de imediato. 2 - Redução significativa do Índice de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil abordadas e encaminhadas para a rede de serviços socioassistenciais.

Meios de verificação

Registro Mensal de Atendimento - RMA. Número de notificações registradas pelo Serviço socioassistencial, abordagem e Conselhos Tutelares. Sistema Federal de Inspeção do Trabalho. MPT Digital - Sistema de acompanhamento do Ministério Público do Trabalho Número de Crianças e adolescentes Inscritas no CadÚnico Número de Denúncias.

## Ações ou projetos

---

Ação ou projeto

Ampliar a cobertura de serviço de abordagem social, por meio de aditamento do termo de colaboração vigente com a organização da Sociedade Civil que executa os serviços de abordagem Social.

Responsável

Departamento de Proteção Social Especial - (DEPROS-E)/ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDS).

#### Fontes de recursos

Fonte 1- Coordenadoria Administrativa de controle Orçamentário, Financeira e de Infraestrutura- COAFI/Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDS). Fonte 2 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Fonte 5 - Ministério de Desenvolvimento Social/Governo Federal. Fonte 6 -FMDCA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

#### Envolvidos

GAB-SEFIN Gabinete da Secretaria de Finanças; CMAS/Conselho Municipal de Assistência Social e CMDCA/Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; CM-PETI Comissão Municipal do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (ligado ao CMDCA).

#### Início

01/06/2022

#### Término

31/12/2023

#### Ação ou projeto

Atualizar diagnóstico Municipal com mapeamento da demanda, com vistas a elaboração de perfil área e índice de crianças e Adolescentes diagnosticados, com vistas a articulação intersectorial com destaque para os eixos: I- Informação e Mobilização; II-

Identificação; III-Defesa  
Responsabilização; IV-Proteção; V-  
Monitoramento.

Responsável

Departamento de Proteção Social  
Especial - (DEPROS-E)/ Secretaria  
Municipal de Desenvolvimento  
Social (SEDS).

Fontes de recursos

Fonte 1- Coordenadoria  
Administrativa e Financeira -  
COAFI/Secretaria Municipal de  
Desenvolvimento Social (SEDS).

Fonte 5 - Ministério de  
Desenvolvimento Social/Governo  
Federal. Fonte 6 -FMDCA - Fundo  
Municipal dos Direitos da Criança e  
do Adolescente Fonte 2 - Secretaria  
de Estado de Desenvolvimento  
Social.

Envolvidos

GAB-SEDS/Gabinete da Secretaria  
Municipal de Desenvolvimento  
Social (SEDS); Guarda Municipal de  
Santos/ Secretaria Municipal de  
Segurança (SESEG); SEPROJE (Seção  
de Projetos Especias)/ Secretaria  
Municipal de Educação (SEDUC),  
Conselho Municipal de Assistência  
Social (CMAS), Conselho Municipal  
dos Direitos da Criança e do  
Adolescente (CMDCA)/Comissão  
Municipal de Erradicação do  
Trabalho Infantil (CM-PETI);  
Procuradoria Geral do Município  
(PROJUR).

Início

03/06/2019

Término

01/06/2022

## Problema central

Área temática

12) Iniciação profissional

Problema central

Baixo índice de preenchimento de cotas de aprendizagem para adolescentes, sendo que das 3.800 vagas apenas 1.800 estão ocupadas (RAIS, 2021). evidenciando a necessidade da inclusão produtiva de adolescentes, em especial em situação de vulnerabilidade.

Objetivo de impacto

Aumento do preenchimento das cotas de aprendizagem, principalmente, por adolescentes em situação de vulnerabilidade social, visando o rompimento de ciclos de produção e reprodução de situações de pobreza.

---

## Resultado esperado / meta

1- Implementação do disposto no Decreto Municipal n.º 7.582, de 08 de novembro de 2016 (curto prazo: até 2023). 2 - Aumento em 30% da ocupação das vagas/cotas em programas de qualificação profissional Municipal para adolescentes (curto prazo: até o final de 2023). 3. Sensibilização das

empresas com contrato vigente com a Prefeitura do Município de Santos para o preenchimento das cotas de aprendizagem. Para além da consequência direta das mortes e dos adoecimentos provocados, a pandemia de COVID-19 aprofundou o desemprego e a pobreza, resultando na redução das cotas de aprendizagem no município. Impacto da pandemia sobretudo entre as famílias já em situação de maior vulnerabilidade social. Esses fenômenos levaram os serviços socioassistenciais a alterarem suas práticas a fim de lidar com a realidade colocada, encontrando uma série de desafios em sua atuação. Esse contexto tornou ainda mais evidente a importância da Política de Assistência Social, enfatizando o caráter essencial dos seus serviços, programas e benefícios para a garantia de proteção às famílias, bem como a importante relação que ela estabelece na proximidade com as famílias em seus territórios.

#### Indicadores de resultado

Aumento de Adolescentes inseridos no Mundo do trabalho e/ou qualificados para o primeiro emprego.

#### Meios de verificação

1 - Cotas aprendizagem ocupadas segundo o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS).  
2 - Número de adolescentes encaminhados pelos serviços socioassistenciais ao Projeto Municipal de Aprendizagem e a programas de qualificação profissional municipal."

[http://smartlabbr.org/trabalho infantil/localidade/3548200?dimensao=aprendizagem.](http://smartlabbr.org/trabalho infantil/localidade/3548200?dimensao=aprendizagem)

## Ações ou projetos

---

#### Ação ou projeto

Formalizar o Termo de Colaboração com Organização Social para execução do Projeto Municipal de Aprendizagem (Lei Municipal N.º 2.867, de 19/10/2012) e acompanhamento da Lei Federal 10.097/00, Lei de Aprendizagem e demais Legislações Vigentes.

#### Responsável

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e seus departamentos.

#### Fontes de recursos

Fonte 1 - Por meio da Coordenadoria Administrativa, de Controle Orçamentário, Financeiro e de Infraestrutura - COAFI, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

#### Envolvidos

GABINETE Secretaria de Desenvolvimento Social (GAB-SEDS), Gabinete Secretaria de Finanças (GAB-SEFIN), Gabinete Secretaria de Gestão (GAB-SEGES), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Gabinete do Prefeito Municipal (GPM); Procuradoria Geral do Município (PROJUR), PROTRAB (Procuradoria Trabalhista do Município). Departamento de Empreendedorismo e Emprego (DEREEG)/Secretaria da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos/Secretaria de Empreendedorismo, Economia

Criativa e Turismo/ Secretaria de Assuntos Portuários, Indústrias e Comércio (SAPIC).

Início

19/10/2012

Término

19/10/2023

## Problema central

Área temática

13) Cultura

Problema central

Inexistência de vagas destinadas, caso haja demanda reprimida, exclusivamente para atendimento à adolescentes, cumprindo medidas socioeducativas.

Objetivo de impacto

Destinar 10% do total de vagas, em cada um dos diversos cursos oferecidos na Secretaria de Cultura, independente de modalidade, para atendimento à adolescentes cumprindo medidas socioeducativas.

---

## Resultado esperado / meta

Reserva de 10% de vagas em cada um dos diversos cursos oferecidos pela Secretaria de Cultura, independente da Modalidade, para

adolescentes cumprindo medidas Socioeducativas. O problema apontado já foi superado, com o atendimento de todas as demandas encaminhadas por funcionários ligados à SEDS, independente do período do ano.

Indicadores de resultado

Quantidade de registros/ano de adolescentes Encaminhados.

Meios de verificação

Relatório/Planilha com a quantidade de encaminhamentos pela Secretaria de Desenvolvimento Social por meio da Coordenadoria de Proteção Social - Média Complexidade (COPROS-MC)/ Departamento de Proteção Social Especial (DEPROS - E)/Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) e/ou requisitados pelo Conselho Tutelar.

## Ações ou projetos

---

Ação ou projeto

Capacitar agentes públicos culturais através de uma política pública que tenha por objetivo construir, junto aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, além de apropriados conceitos de vida, educação e comportamento, uma relação Sem estigmas, buscando o fortalecimento dos princípios de convivência social através das atividades culturais e auxiliando-o através do desenvolvimento de habilidades pessoais e culturais projetar meios de ressocialização prazerosa. O problema apontado já

foi superado, com o atendimento de todas as demandas encaminhadas por funcionários ligados à SEDS, independente do período do ano.

#### Responsável

Departamento de Formação e Pesquisa Cultural (DEFORPEC)/ Secretaria Municipal de Cultura (SECULT).

#### Fontes de recursos

Fonte 1- Departamento de Formação e Pesquisa Cultural (DEFORPEC)/Secretaria Municipal de Cultura.

#### Envolvidos

Ministério Público (MP); Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Cultura (SECULT), Departamento de Proteção Social Especial (DEPROS-MC)/Coordenadoria de Proteção Social - Média Complexidade (COPROS-MC)/ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDS), Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) e Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania.

#### Início

18/11/2022

#### Término

11/12/2024

## Problema central

Área temática

## 14) Esporte e lazer

### Problema central

Baixa oferta ou nenhuma, de atividades esportivas e/ou lazer mensal, 04 à 18 anos, em territórios de alta vulnerabilidade. Atualmente são 07 territórios nesta classificação, sendo que 03 são atendidos com Poliesportivos ou Vilas Criativas.

### Objetivo de impacto

Aumentar a oferta de projetos/programas/ações voltados para atividades esportivas e lazer, nas áreas classificadas como de alta vulnerabilidade.

---

## Resultado esperado / meta

Realizar estudo para avaliar a retomada na participação em ações que envolvem outras Secretarias no que diz respeito aos atendimentos nos territórios de alta vulnerabilidade social (Piratininga, São Manoel, Rádio Clube, Saboó, Morros, Vila Nova e Paquetá), para assim aumentar a participação nessas áreas em questão. Além das atividades ordinárias, há atualmente mais atividades esportivas apoiadas nesses locais (4 em 2022, e 3 em 2019), porém sem aumento na cobertura de bairros nessas condições.

### Indicadores de resultado

Número de ações ofertadas nas áreas em questão. - Índice de interesse e participação de crianças e adolescentes nas atividades de

esporte e Lazer oferecidas.

Meios de verificação

Verificação do cumprimento do cronograma através de relatório com registros fotográficos, relatório de Atividade e escritos Tabulados, das participações e atividades ofertadas. - Lista de Participação. - Publicações de Reportagens sobre as atividades (antes ou depois) no Diário Oficial e/ou outros meios de comunicação.

## Ações ou projetos

---

Ação ou projeto

Realizar estudo para verificar a viabilidade de atendimento nos locais em questão: I) seja através de apoio; II) seja em conjunto com outras Secretarias; III) seja implementando atividades ordinárias; IV) seja através de atividades itinerantes.

Responsável

Secretaria Municipal de Esportes (SEMES) GAB-SEMES

Fontes de recursos

Fonte 1 - Departamento de Atividades e Eventos Esportivos- DEATIV/Secretaria Municipal de Esportes Fonte 6- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA).

Envolvidos

Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social(SEDS),

Conselho Municipal de Esportes (CME); Conselho Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes (CMDCA), Fundo Municipal das Crianças e do Adolescente (FMDCA), Ministério Público - Promotoria da Vara da Infância e da Juventude; Sindicato dos Empregados Terrestres em Transportes Aquaviários e Operadores Portuários do Estado de São Paulo/SETTAPORT. Organizações da Sociedade Civil. Companhia de Engenharia de Tráfego (CET).

Início

01/11/2022

Término

11/12/2024

---

## Resultado esperado / meta

Retomar as atividades itinerantes em áreas de alta vulnerabilidade social\*, segundo o Índice Paulista (IPVS) de Vulnerabilidade Social, que não recebem atividades ordinárias de Esporte ou Lazer

[https://ipvs.seade.gov.br/view/pdf/ipvs/principais\\_resultados.pdf](https://ipvs.seade.gov.br/view/pdf/ipvs/principais_resultados.pdf)

Indicadores de resultado

Cumprimento de cronograma mensal. - Índice de Participação da comunidade para faixa Etária proposta.

Meios de verificação

Verificação do cumprimento do cronograma através de relatório com registros Fotográficos, relatório de atividade e escritos tabulados, das participações e atividades Ofertadas. - Lista de participação. -

Publicações de reportagens sobre as atividades (antes ou depois) no Diário Oficial e/ou outros meios de comunicação.

## Ações ou projetos

---

Ação ou projeto

Elaborar Cronograma, mensal, para atuação com ruas de lazer nestes Territórios.

Responsável

Gabinete da Secretaria Municipal de Esportes (GAB-SEMES)/Seção de Escolas de Monitoria de Lazer Esportivo(SEMOL)/Departamento de Atividades e Eventos (DEATIV)/Secretaria Municipal de Esportes (SEMES)

Fontes de recursos

Fonte 1- Departamento de Atividades e Eventos Esportivos (DEATIV)/Secretaria Municipal de Esportes (SEMES).

Envolvidos

Subprefeitura dos Morros(SupMorros) Companhia de Engenharia de Tráfego(CET) Secretaria Municipal de Educação (SEDUC).

Início

30/11/2022

Término

10/12/2024

## Envio e validação

**⚠** Valide seu MAPA até o prazo final! Este é um requisito importante para continuar participando do Programa Prefeito Amigo da Criança.

### Envio para validação

Enviado em 09/12/2022 às 11:55 por Maria do Carmo Sofia de Paula

### Validação do CMDCA

Validado em 12/12/2022 às 15:21 por Edmir Santos Nascimento

### Validação do(a) Prefeito(a)

Validado em 12/12/2022 às 12:52 por Rogerio Pereira dos Santos

A Fundação Abrinq é uma organização sem fins lucrativos e apartidária que atua exclusivamente para promover a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil.

© FUNDAÇÃO ABRINQ | COPYRIGHT 2015 - 2023